

Boletim Informativo

Outubro 2014 | lisboa.pcp.pt



IX ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DOS SEGUROS DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

"Mais Partido nas Empresas,
Por uma Política Patriótica e de Esquerda"



A Organização de Seguros da ORL do PCP realizou no passado dia 11 de Outubro, a sua IX Assembleia. Nesta edição, apresentamos alguns excertos da Resolução Política aprovada.

Podes consultar o documento completo em: dori.pcp.pt/56-sector-de-seguros

Um feroz ataque aos direitos de quem trabalha e a entrega de um sector estratégico ao capital monopolista

A concentração do sector segurador nas mãos do grande capital, subordina a sua actividade a um único objectivo: a obtenção do máximo lucro possível.

2014 fica marcado por duas grandes acções no sector segurador: a privatização da Fidelidade e a venda da Tranquilidade. Em comum, a transferência para o capital estrangeiro de importantes activos da economia portuguesa. **Estas duas companhias com aproximadamente 40% do mercado segurador português, são agora propriedade de fundos de investimento que assentam a sua estratégia em comprar barato, redimensionar a empresa (ou seja, despedir trabalhadores) e abandonar o negócio com o máximo de lucro possível.**

O Sector Segurador é uma prova cabal do rasto de destruição a que política de direita conduziu e conduz o país. Subordinação de um sector estratégico ao lucro, quando a actividade seguradora é um suporte imprescindível como agente de protecção da actividade económica.

Essencialmente vocacionada para a protecção da economia produtiva, dos sectores primário e secundário, não é mera coincidência que o abandono deste sector estratégico tenha ocorrido em paralelo com a destruição do aparelho produtivo nacional.

No nosso sector conhecemos bem as consequências da política de direita. Aos trabalhadores é imposta uma profunda manipulação ideológica assente na

"sorte de terem trabalho", "colaboradores" do objectivo "comum" de elevar os níveis de rentabilidade da empresa.

As companhias fazem propaganda da sua responsabilidade social, alimentando a caridade para benefício de instituições externas enquanto promovem práticas de terrorismo social aos seus trabalhadores.

A ausência de discussão colectiva e de envolvimento dos trabalhadores na discussão dos problemas das empresas são parte deste projecto de reduzir homens e mulheres a meros executantes sem margem para questionamentos, de desenvolvimento de espirito crítico ou de sentimento de pertença de classe, em linha com o que é hoje o modelo da formação escolar obrigatória e superior.

CARTOON

Parece que os lucros das seguradoras continuam a aumentar!

Se não cumprem o Contrato Colectivo e ninguém anda a queimar notas, o dinheiro tem de estar em algum lugar...



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SECTOR



Excertos da Resolução Política da IX Assembleia do Sector de Seguros da ORL do PCP

A maior parte dos trabalhadores desconhece o processo de precarização das relações de trabalho no sector. Se a seguir ao 25 de Abril, em consequência da luta dos trabalhadores foram admitidos no quadro todos os trabalhadores sem vínculo permanente, as várias formas de precarização praticadas foram introduzidas e desenvolveram-se ao sabor da recuperação capitalista dirigida pelos partidos que têm governado o país, com a colaboração empenhada do sindicalismo por eles edificado.

Se Mário Soares ficou conhecido por ter fechado o socialismo na gaveta, no caso do trabalho precário pode dizer-se que abriu a gaveta para ele poder reviver. No primeiro caso, asfixiou o socialismo; no segundo, ressuscitou o trabalho precário. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 781/76, de 28 de Outubro, reiniciava-se a possibilidade de admissão de trabalhadores com contratos a prazo.

Na frente sindical em 1975, uma lista afecta ao Partido Socialista, que agregava membros do MRPP, da AOC e da UDP, vence as eleições e logo na primeira revisão contratual, em 1977, consagra a legislação aprovada pelo Governo PS/Soares, abrindo a possibilidade de trabalho temporário no sector e em 1979 dilata o período máximo de vigência dos contratos.

Estava aberto o caminho para o aprofundamento da precarização dos vínculos laborais no Sector. Um caminho apontado como “moderno”, mas que na realidade significava o regressar, em termos de relações laborais, ao fascismo.

O processo de destruição dos direitos laborais conduzido de seguida pelos sucessivos governos PS/PSD (com ou sem CDS) criou as condições **para que hoje, existam milhares de trabalhadores de seguros – são de seguros porque exercem funções que pertencem e são indispensáveis à actividade seguradora - que não são considerados como tal, não sendo abrangidos pela contratação colectiva.**

Através do outsourcing ou contratação através de empresas de trabalho temporário, foram delegadas, parcial ou totalmente, muitas funções como a informática, limpeza, segurança, peritagens, comerciais, profissões operárias, saúde, digitalização de documentos, entre outras. O mesmo aconteceu em delegações e balcões convertidos em regime de franchising.

Elemento central deste processo foi o desmembramento das companhias em várias empresas subsidiárias (pertencentes ao mesmo grupo) e o recurso cada vez maior a empresas de trabalho temporário para garantir serviços necessários ao regular funcionamento das

seguradoras - serviços de assistência, apoio ao cliente, gestão de sinistros, entre outras.

Empresas que fomentam **vínculos altamente precários, que chegam a ser mensais, à hora ou à peça com renovações automáticas**, sem especificar a empresa seguradora para quem o trabalhador prestará de facto serviço. Vínculos que institucionalizam aberrações como o caso de um trabalhador que apesar de efectivo na empresa de trabalho temporário é despedido (por extinção de posto de trabalho ou no seguimento de cláusulas que antecipem esta possibilidade) porque a companhia seguradora deixa de recorrer à prestação de serviços da sua entidade patronal legal.

Aos trabalhadores é **bloqueada a progressão na carreira e a passagem aos quadros da companhia raramente ocorre**. Afastados geograficamente dos trabalhadores dos quadros das companhias, onde as estruturas unitárias dos trabalhadores se encontram e onde o sentimento de pertença de classe é maior, o trabalhador é incitado (para aspirar a manter o seu posto de trabalho) a digladiar-se com os seus colegas para obter “elevados níveis produtividade”.

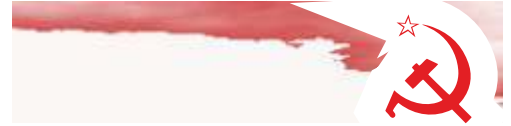
Criaram-se condições objectivas e subjectivas para impor o prolongamento do horário de trabalho, aumentar os ritmos de trabalho, recorrer ao trabalho no domicílio, baixos salários, negação de direitos conquistados ao longo de décadas pelos trabalhadores do sector.

Exemplos claros desta situação são as diversas empresas de trabalho temporário com locais de trabalho dedicados exclusivamente para servir determinada companhia ou empresas telefónicas que, na própria sede, não possuem trabalhadores nos quadros, recorrendo a mão de obra contratada a outras empresas de trabalho temporário, como na Logo e a Directo T (Tranquilidade), a Via Directa / OK Teleseguro (Fidelidade) ou a Seguro Directo (AXA), entre outras.

CARTOON



NACIONALIZAÇÃO DOS SEGUROS - PROPOSTA ESTRATÉGICA



Excertos da Resolução Política da IX Assembleia do Sector de Seguros da ORL do PCP

Nem seriam necessários os escândalos que se vêm multiplicando na banca – resultando em grandes prejuízos que recaem sobre o erário público - para se perceber a justeza das propostas do PCP [...] relativamente à premência da nacionalização das áreas estratégicas da economia, onde se inclui o setor financeiro.

No caso dos seguros e numa visão estritamente económica, basta referir, como exemplo, que **em 2013 os resultados líquidos do setor totalizaram 670 milhões de euros**, verba que o Estado poderia colocar ao serviço do povo e do país, ao invés de reverterem, numa parcela significativa, para o grande capital nacional e estrangeiro.

Isto sem esquecer que simultaneamente seria garantida a propriedade dessas empresas (porque o dinheiro da sua alienação, por vezes a preços de saldo, gasta-se, infelizmente nos últimos anos, sobretudo para pagar juros, parte deles resultantes de uma parcela da dívida manifestamente indevida).

Para além disso, **a atividade seguradora contribui com uma fortíssima quota para o PIB** (Produto Interno Bruto), próxima dos 10%, sendo também o maior investidor institucional, qualidades que a posse privada das empresas, obedecendo a outros interesses, não pode garantir.

De facto, é difícil imaginar que os novos proprietários estrangeiros da Fidelidade e da Tranquilidade estejam especialmente preocupados com o contributo dessas empresas para o equilíbrio das contas públicas portuguesas e desenvolvimento do país.

Muito provavelmente, numa gestão com maiores preocupações de planificação e menos focada nos lucros, seria possível uma política de tarifação e de regularização de sinistros mais conforme os interesses dos consumidores.

Questão central é [...] **o papel essencial que a actividade seguradora deve prestar à protecção da actividade económica, nomeadamente, os sectores produtivos.**

Igualmente sairiam beneficiados os pequenos e médios mediadores, que atualmente se confrontam com uma disputa de mercado desregrada, onde a redução das suas margens surge como uma importante panaceia do controlo de custos pelas seguradoras.

Os trabalhadores de seguros, vítimas do poder despótico e rentista do grande patronato – em estreita colaboração com os sindicatos reformistas e apoiado nos sucessivos governos de direita -, poderiam recuperar as liberdades, os direitos e os rendimentos perdidos nos últimos anos.

Finalmente, o povo português, no seu conjunto, teria fortes razões para se regozijar, na medida em que se trata de riqueza nacional que poderia incrementar a independência e o desenvolvimento do País.

Contudo, não tenhamos ilusões: a nacionalização, por si só - como aliás o confirma o período que antecedeu a reprivatização das empresas públicas, onde se nomearam gestores cuja missão principal consistia na preparação das condições visando novamente a entrega dos seguradores aos grupos económicos - é um passo importante, mas não resolve completamente o problema.

Daí que o PCP enquadre a nacionalização dos setores estratégicos, a luta pela nacionalização dos seguros, do setor financeiro no seu conjunto e dos restantes setores estratégicos da economia portuguesa, com o combate por uma alternativa patriótica e de esquerda, que na etapa atual passa pela demissão do Governo PSD/CDS e convocação de eleições antecipadas.



13 DE NOVEMBRO

Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta

A CGTP-IN apela a um "Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta" a 13 de Novembro, em defesa do aumento dos salários, estabilidade do emprego, reposição dos direitos laborais e contra as políticas do Governo. A Organização Regional de Lisboa do PCP apela a todos os trabalhadores para que se juntem a este dia de luta como contributo para a derrota de um governo, que a cada dia que passa, destrói o país e as condições de vida dos trabalhadores e do povo. Para o dia da votação final do Orçamento de Estado para 2015 a CGTP-IN apela a uma mobilização dos trabalhadores em frente à Assembleia da República!

Roubo no Salário Mínimo nacional e na Segurança Social **Basta! Vamos intensificar a luta por melhores salários**

O acordo assinado entre o Governo, os patrões e a UGT, designado de "aumento do Salário Mínimo Nacional" é na verdade um duplo roubo aos trabalhadores. Roubo porque significa um mísero crescimento de 20 euros/mês até ao final do ano de 2015 (num salário mínimo sem aumentos desde 2011) e roubo porque parte desse valor será pago pela segurança social através da redução da Taxa Social Única paga pelo patronato. Acresce que o **Orçamento de Estado para 2015** é um espelho da governação PSD/CDS-PP constituindo uma clara continuação da política da troika, de empobrecimento dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, dos jovens e dos desempregados, de favorecimento do grande capital, de continuação do ataque às funções sociais do estado.



Na Abertura da 38ª edição da Festa do Avante, Jerónimo de Sousa, Secretário Geral do PCP, anunciou a concretização de uma aspiração que se alimentou desde a altura da aquisição da Quinta da Atalaia: o alargamento do terreno da Festa do Avante!. A Quinta do Cabo permitirá uma ainda maior valorização da Festa, o seu alargamento, o encontrar de melhores soluções para a reformulação dos seus espaços e enriquecimento dos seus conteúdos, para a melhoria da sua preparação, funcionamento e acolhimento dos visitantes.

A campanha nacional de fundos que se iniciou no passado dia 4 de Outubro garantirá que este investimento do PCP será realizado sem favores do Estado, sem recurso à banca ou de qualquer grupo económico. Todos podem contribuir, porque a Festa é de todos!

A série de artigos sobre a história da luta dos trabalhadores dos Seguros que iniciámos no último Boletim Informativo foi interrompida nesta edição, por considerarmos ser de grande importância dar a conhecer, na medida das nossas possibilidades, uma parte substancial das conclusões da nossa IX Assembleia a todos os trabalhadores do Sector.



TOMA PARTIDO, JUNTA A TUA À NOSSA VOZ!

Adere ao PCP. Contacta-nos,

E-mail: seguros.dorl.pcp@gmail.com; Endereço: Avenida da Liberdade, n.170, 1250-144 Lisboa